

Propostas de Governo

Diretrizes gerais e programa de governo para Santo André

Frente de Esquerda em Santo André – 2012

PSOL, PSTU

(Versão preliminar)

2012: um ano de mudanças necessárias

No curso de seu desenvolvimento recente o Brasil experimentou (e experimenta) uma combinação de resultados desastrosos para o futuro do país: de um lado o desemprego, baixos salários e precarização das condições de trabalho geraram uma massa de trabalhadores excluídos e, portanto, mais dependentes do Estado e dos serviços públicos, de outro, a ascensão do neoliberalismo reduziu a capacidade de intervenção do Estado no atendimento às demandas, pois se privilegiou o amplo e irrestrito funcionamento do mercado.

Em associação a estes fatores soma-se a capacidade dos municípios em atender às demandas sociais, uma vez que a formatação da organização institucional brasileira provoca a concentração dos recursos na esfera federal.

O resultado é a política de “pires na mão” dos prefeitos diante dos entes federal e estadual, alimentando inclusive uma política fisiológica no relacionamento político, que inclui deputados federais e estaduais, além dos senadores que buscam verbas para suas bases eleitorais. Anacronicamente a falta de verbas para os municípios e os serviços públicos se apresenta como uma patologia crônica num país dependente, e que dedica parte considerável de seus recursos ao ciclo financeiro mundial, alimentando as fortunas dos já muito ricos, em nome da modernidade e da inserção nos mercados mundiais. E são justamente os que menos precisam do Estado como provedor de serviços os que mais berram pela redução do seu tamanho e amplitude de suas ações.

Assumir o comando de uma prefeitura municipal é parte de um esforço coletivo de lutas sociais na reversão deste quadro.

Dar respostas aos anseios populares é um desafio que se coloca para os governantes em geral, em especial aos progressistas em geral e os partidos de esquerda em particular. É levar a cabo políticas sociais que se pautam pela inversão das prioridades, pela redução das desigualdades, pela apreciação de valores como a solidariedade, a justiça, a integração e a comunhão. A competição, o egoísmo e a disputa são valores dos mercados que devem ser combatidos e desestimulados na edificação de uma sociedade que se pretende diferente, socialista e igualitária.

Outro mundo é possível, outra Santo André também.

Frente de Esquerda em Santo André.

Inverno de 2012.

Santo André: um povo esclarecido e progressista

Nas últimas décadas experimentamos uma forte evolução na compreensão da sociedade sobre os processos políticos em curso. Nunca tantos casos de corrupção foram noticiados, o que só é possível numa sociedade que fiscaliza e acompanha o debate político nacional. Mas, de forma ambígua, a exposição das entranhas do poder em sua faceta mais deplorável, acaba por nutrir um sentimento de indiferença e ojeriza em outros setores da população.

É preciso ressaltar que o melhor remédio contra a corrupção e a utilização da máquina pública em benefício de seus mandatários e associados, é a participação popular consciente. Afastar-se da política tende a aprofundar este quadro indesejável. Prestar mais a atenção em quem votar nas propostas políticas dos partidos, conhecer o passado dos candidatos e, principalmente, a constituição ideológica dos partidos e suas coligações, é o melhor remédio para esta enfermidade que se alastra epidemicamente.

A que se notar também que a corrupção não é um mau que se acomete aos mais fracos de caráter, ela é mais do que isso. Ela é parte de um movimento mais amplo de privatização do Estado brasileiro que se ampliou a partir dos anos 90 com Fernando Collor, ganhou corpo e consistência ideológica com FHC e teve continuidade com Lula que lhe emprestou faceta social. A política também entrou nas regras de mercado.

A corrupção será combatida com eficiência apenas diante da efetiva participação popular e da radicalização da democracia.

Esta será uma condição da existência do governo do Psol: o incentivo à participação popular na implantação do Programa de Governo e na fiscalização de seus atos e de sua composição. O fortalecimento dos Conselhos de Municipais, na gestão das escolas e unidades de saúde, nas discussões sobre orçamento e finanças municipais e na realização de plenárias trimestrais com a equipe de governo. Além disso, os Conselhos Populares serão o elo de ligação entre as demandas populares e as ações do poder público.

Neste contexto ainda nossa proposta de governo passa por uma mudança radical nas relações com o parlamento, entre o poder executivo e legislativo, marcada pela forte promiscuidade política e determinada pela indicação de cabos eleitorais de parlamentares em troca de seu apoio no parlamento. Nossa proposta passa pela valorização do parlamento como um espaço importante de debates e discussões sobre o futuro da cidade, e não de submissão e redução no seu papel. Reduziremos expressivamente os cargos em comissionamento no poder executivo municipal, o Prefeito estará a cada seis meses na Câmara Municipal discutindo seus planos com os vereadores, acatando sugestões e esclarecendo dúvidas.

Lançaremos mão também das novas tecnologias para aprofundar o debate na sociedade e provocar a transparência na gestão: a internet. Nela depositaremos informações sobre a gestão da cidade, sobre os programas em andamento, recolheremos sugestões, publicaremos dados financeiros da situação orçamentária e das licitações em andamento, bem como da composição do governo e o preenchimento dos cargos. Um governo progressista não deve temer o debate de idéias, ainda mais se olharmos para o passado, que nos mostra uma Santo André de luta contra a opressão e pela liberdade.

O primeiro Prefeito comunista eleito no Brasil se deu nestas terras, em 1947 com Armando Mazzo, o enfrentamento da ditadura militar, a luta operária por melhores condições de trabalho e salário é parte da história nacional e mundial, sindicatos fortes e atuantes, associações de bairro, movimentos por moradia, associações de vários tipos, como a histórica “associação dos usuários de transportes”, dentre

outros, são exemplos de uma população que aprendeu que a principal maneira de melhorar sua qualidade de vida é se organizando e participando ativamente dos destinos de sua cidade.

Implantar medidas no sentido de expor as vísceras do poder executivo e incentivar a participação popular é para nós da **Frente de Esquerda**, mais do que um compromisso, é um dever diante de uma população reconhecidamente lutadora e progressista.

Os eixos estruturantes de nossa ação

O Programa de Governo da **Frente de Esquerda em Santo André** terá os seguintes eixos de ação:

- A inversão de prioridades:

O investimento dos recursos públicos deve ter como prioridade as áreas mais carentes da cidade. De longa data se observa em Santo André, que os interesses empresariais e dos segmentos mais abastados, são o foco da ação da gestão pública. Hoje de cada R\$ 10 investidos na cidade R\$ 7 se concentram nos territórios mais dotados de infra-estrutura e serviços. O maior exemplo desta dinâmica é o programa denominado *Eixo Tamanduathey*. É preciso inverter esta lógica e ampliar significativamente os investimentos nos setores mais degradados e segregados do município. Tal ação traria, no médio e longo prazo, benefícios para toda a sociedade, na medida em que reduziria as desigualdades sociais e uma melhora significativa da qualidade de vida para todos.

- A transparência na gestão pública:

Não se pode falar em participação popular efetiva na gestão pública sem transparência administrativa. Nossa proposta passa pela abertura do caixa da Prefeitura Municipal a todos os interessados, pois não há o que esconder, uma vez que se trata de recursos públicos que não podem ser geridos como privados. A exposição dos gastos em cada secretaria e programa, a divulgação do preenchimento dos cargos em comissionamento, a divulgação de gastos em obras públicas, dentre outros serão medidas adotadas pelo nosso governo, caminhando na lógica da desprivatização do Estado.

- A efetiva participação popular:

Governar como um príncipe pode fazer bem para o ego do governante, mas não para a eficiência da gestão pública. A partir das possibilidades que a transparência da gestão propicia é que efetivamente pode ser implantado um governo marcado pela participação. Sendo assim, ela será estimulada, seja pelos Conselhos Municipais atuantes, seja pelo Orçamento Efetivamente Participativo, seja pelo resgate da Câmara Municipal em sua inércia, seja pelos conselhos populares de base, ou mesmo seja pelos meios que a população venha a lançar mão desta proposta.

Destaques do Programa de Governo

- Educação em dois turnos com garantia de qualidade:

A presença de nossas crianças e jovens na escola, em dois turnos, se faz medida necessária, pois sintetiza várias das ações apresentadas neste Programa de Governo. A combinação da prática educacional obrigatória num turno com a oferta de educação complementar opcional em outra, pautada pelos princípios da formação integral, na construção do ser consciente e crítico, deve ser a tônica da permanência na escola.

- Redução dos cargos em comissão em, no mínimo, 50%:

Combater o clientelismo e uma relação degradante nas relações entre o poder executivo e o legislativo passa pela redução do número dos cargos em comissão, não pela generalização do seu mau funcionamento, mas pela constatação de que boa parte do estoque destes cargos é da mais absoluta desnecessidade, pois se trata de negociação política e não de necessidade operacional.

- Realizar visitas semestrais à Câmara Municipal com vistas a apresentar os planos de trabalho e sua execução:

A relação entre o legislativo e o executivo está apoiada no exercício do fisiologismo e deve ser reestruturada, para o bem da democracia e do funcionamento destes dois poderes. Cabe ao poder executivo tomar esta iniciativa. O prefeito deverá prestar contas de suas ações permanentemente ao legislativo, participando de sessões especiais destinadas a este fim, abertas ao público e organizadas para estimular o debate, avaliar os rumos do governo e repensar permanentemente os destinos da cidade.

- Adequação de Santo André às diretrizes internacionais na relação população e áreas verdes:

A partir da situação da Alemanha definiu-se um valor ideal de, no mínimo, 12 m² de área verde por habitante. O poder público municipal tem feito muito no sentido de manipular os números concluindo que a meta foi atingida, mas tem feito pouco na prática no que se refere a parques públicos e jardins em área urbana. O parque do Guaraciaba está às moscas, assim como o parque do pedroso. Prioridade dada apenas ao Parque Celso Daniel, que mesmo assim sofre com o descaso. Precisamos de uma política séria de ampliação do estoque urbano de áreas verdes. Sair do 1m² atuais e alcançar os 12 m² nos quatro anos¹

- Transporte, material e uniforme aos nossos estudantes:

Muitas de nossas crianças deixam de freqüentar a escola em função de carências que acometem nossas famílias. A posse de materiais escolares e uniforme escolar, assim como a locomoção até a unidade de ensino são as principais delas. Nossa proposta visa oferecer aos estudantes estas condições para que sua presença nas unidades de ensino seja garantida, bem como o suporte para o bom desempenho em seu aproveitamento não seja afetado pela falta de condição econômica da família.

- Implantação do “Orçamento Efetivamente Participativo” com o triplo do investimento atual:

O orçamento participativo em Santo André não é tão participativo assim: o conselho de representantes da sociedade divide as decisões com outra metade indicada pelo governo, ou seja, a capacidade do governo em definir demandas com a fachada de democracia é muito grande. Nossa proposta passa pela formação de um conselho com representantes apenas da sociedade e o papel da Prefeitura é o de orientar tecnicamente as decisões, triplicando os recursos atuais investidos.

- Leitura como base do saber:

Um dos problemas que mais aflige o estudante na atualidade é a falta de leitura. Facilidades proporcionadas pelos aparelhos eletrônicos e o apego a força das imagens afastam nossos estudantes do hábito de ler, prejudicando sua formação intelectual e distanciando-o da formação integral. Aplicaremos um programa de incentivo à leitura nas escolas que reforcem este hábito com a disseminação de bibliotecas pela cidade, trocas de livros periódicos, concursos de poesia e redação, saraus, redimensionamento das atividades escolares adaptadas a este programa, palestras e orientações sobre a necessidade da leitura, dentre outros.

Propostas do Programa de Governo

Investimentos sociais:

- Privilegiar orçamentariamente os gastos sociais, voltados fundamentalmente para os segmentos onde predominam a exclusão e as fortes desigualdades;
- Tarificação social dos serviços públicos, especialmente no caso da oferta de água/esgoto e tarifa de ônibus;
- Produzir um “Mapa das carências sociais de Santo André” para orientar as ações sociais do governo municipal em colaboração com os outros entes da federação;
- Respeito aos direitos dos cidadãos e cidadãs através da facilitação do acesso aos serviços públicos e combate às práticas clientelistas e nepotistas, atualmente incrustadas na administração pública;
- Proporcionar políticas públicas adequadas ao atendimento dos moradores de rua;
- Ampliar os investimentos no Programa de Inclusão Social;
- Ampliar as parcerias com setores da sociedade civil no atendimento à população em situação de risco;
- Ampliar as ações no combate à fome. Rever a composição da Merenda Escolar de modo a ampliar suas qualidades proteico-calóricas.
- Reestruturar os Programas Sociais de modo a ampliar o público atendido e os recursos investidos, além de promover a ação integrada das secretarias;
- Intensificar ações públicas municipais nas áreas de maior carência.
- Reduzir as desigualdades sociais através da geração de emprego e renda;

Aplicação dos objetivos do milênio:

1. ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA

Neste momento, milhares de pessoas estão passando fome no Brasil e no mundo.

A fome é consequência da pobreza e também sua causadora. Para romper este círculo vicioso, é fundamental unir toda a sociedade.

Só dessa forma será possível garantir a condição básica de direito à vida: viver sem fome.

2. EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

Não há o que discutir, todos têm direito a educação de qualidade. Entretanto, não é bem isso o que acontece, pois muitas pessoas não chegam a completar o ciclo básico.

3. IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

A história do mundo nos mostra que durante muito tempo os homens e as mulheres não tinham os mesmos direitos e deveres. Em alguns países isso ainda acontece. Em outros, as mulheres conquistaram direitos que antes lhes eram negados.

4. REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Em nosso país muitas crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida. As causas são inúmeras, como a desnutrição a falta de acompanhamento pré-natal e durante o parto.

Melhorar a saúde materna ajuda a reduzir a mortalidade infantil.

5. MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES

Em nosso país muitas mães morrem no parto ou logo após. As causas são inúmeras, como a assistência médica inadequada, a falta de preparo das mães para se cuidar durante a gestação e a desnutrição.

Melhorar a saúde materna ajuda a reduzir a mortalidade infantil. A assistência médica inadequada durante a gravidez e o parto pode causar a morte do bebê e da mãe.

6. COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Um dos maiores problemas mundiais são as doenças que atingem grande número de pessoas – e sabemos que a prevenção é a melhor maneira de combatê-las.

7. QUALIDADE DE VIDA E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

O desmatamento, o desperdício de água e a produção excessiva de lixo são alguns dos problemas mais graves enfrentados pela humanidade. Cuidar do meio ambiente deve fazer parte de nosso dia-a-dia.

8. TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

Muitas vezes a solução de um problema pode servir de resposta para outros, principalmente quando pessoas, escolas, governos, sociedade civil, empresas e organizações sociais trabalham juntas.

Administração Pública:

- Valorização do serviço e do servidor público;
- Redução dos custos empresariais da máquina administrativa;
- Redução radical na contratação de assessorias e consultorias;
- Redução do número de Secretarias municipais para nove: Educação; Administração; Finanças; Serviços Municipais; Saúde; Cultura, Esportes e Lazer; Desenvolvimento Econômico, Social e Trabalho; Inclusão Social; Questão Urbana e Habitação;
- Redução radical dos cargos em comissionamento em, no mínimo, 50% do número atual;
- Prestação de contas públicas dos serviços prestados por Ongs e Empresas (cláusula obrigatória nos contratos);
- Implantação dos softwares livres;
- Informatização de toda a Prefeitura para que a população possa ter acesso às informações dos serviços e obras municipais;
- Abrir negociação com os Servidores Públicos para a equalização da dívida com precatórios alimentares (R\$ 270 milhões dos 370 milhões totais);
- Reestruturação da rede de computadores nas escolas municipais através de Software Livre, promovendo a discussão da informática na educação com professores, corpo técnico e comunidade, estimulando ao aluno a pesquisa de novas tecnologias e conhecimentos computacionais;
- Efetiva implantação do Plano de Carreira;
- Fazer com que a Administração faça exames periódicos em todos os servidores segundo a NR-7 da Portaria Federal 3.214/78 do MTE;

Meio-Ambiente:

- Implantação efetiva dos parques Pedroso e Guaraciaba;
- Requalificação do Parque Central a partir de discussão com a comunidade local e suas necessidades;
- Ação regional integrada na defesa dos mananciais e da mata atlântica;
- Expansão de projetos como Escola Ambiental e coleta seletiva de lixo;
- Incentivar a criação de hortas comunitárias nos bairros da cidade;
- Adoção de incentivos ao reuso de água e ao uso da energia solar, nas empresas, condomínios e residências do município;
- Debater a questão do consumo da água, a preservação dos mananciais e o reuso. Gerar políticas públicas de preservação deste bem e redução de consumo;
- Coletar todos os materiais recicláveis, inclusive líquidos, de todas as residências, através do aproveitamento da rede informal existente e de programas próprios;
- Criar condições de humanização do trabalho dos “homens-cavalo” e valorizar seu papel de preservador ambiental;
- Criar condições de ampliação da coleta e depósito de material reciclado nos bairros mais periféricos da cidade;
- Criar postos e coleta de material reciclado em parcerias com entidades ambientais e com a finalidade de gerar emprego e renda;
- Criar amplo programa de educação ambiental mostrando a importância da coleta seletiva e da necessidade de reduzir o consumo;
- Aplicar políticas de controle da poluição do ar e sonora;
- Política de plantio de árvores em consonância com o ambiente original da região;
- Proteção da Billings e desenvolvimento de atividades esportivas, educacionais e culturais e preservação;
- Adequação de Santo André às diretrizes internacionais de 12 m² por habitante;

- Política de integração social de todos os que trabalham com a coleta de lixo reciclável. Dar-lhes cursos que enfoquem saúde, saúde do trabalhador, meio ambiente, etc., estabelecendo parcerias com o Semasa e a Fundação do ABC;
- Gestão junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado para a efetiva implantação do Parque Haras São Bernardo, com atividades de lazer, recreação, educação ambiental e educação patrimonial;
- Gestão junto à Petrobras para promover arborização e instalação de Parques Lineares ao longo das faixas de oleoduto que cortam o município para ampliar a disponibilidade de áreas verdes;
- Recuperação de antigas várzeas de rios e córregos com tratamento paisagístico para repovoamento vegetal com espécies nativas adaptadas à condição de umidade para ampliação de sistema de áreas verdes e como garantia de área permeável (por exemplo, no córrego do Oratório, divisa com SP)
- Mais do que quantidade é preciso lembrar-se da importância na distribuição das áreas verdes pela cidade;
- Ampliação do sistema de áreas verdes em bairros mais afastados para ter uma disposição mais equitativa de área verde, que atualmente concentra-se nos bairros mais centrais e valorizados da cidade. Ex. Parque do Guaraciaba e limite urbano sul da cidade;
- Uma rede de ciclovias na cidade, acompanhando as vias de fundo de vale e espaços que atualmente são utilizados de maneira espontânea pelo trânsito de bicicletas;

Cultura:

- Implantação de políticas de valorização do multiculturalismo;
- Valorização da cultura local e popular em detrimento dos “showsismos”;
- Investimentos em espaços culturais e recuperação das salas de teatro;
- Implantação da Casa Municipal do Artesão (ã) para divulgação da arte local;
- Projeto de incentivo a cultura “Paranapiacaba nas 4 estações”;
- Criação de programas de resgate da memória da cidade e de seu patrimônio cultural e histórico;
- Implantar políticas de afirmação aos setores sociais culturalmente discriminados;
- Criação da Pinacoteca municipal;
- Valorizar as bibliotecas municipais, renovando o acervo e ampliando as visitas;
- Revisar a utilização dos teatros da cidade, mais voltados para a produção local e com ampliação da programação;
- Implantar os Festivais e Música da cidade;
- Qualificar e ampliar as apresentações da Orquestra Sinfônica e Santo André, descentralizando-as;
- Qualificar o turismo em Paranapiacaba a partir das demandas locais e com a perspectiva de gerar emprego, renda e preservação;
- Promover a efetiva participação dos agentes culturais nos fóruns estabelecidos, especialmente no Conselho Municipal de Cultura;
- Criar o “Congresso da Cultura”, espaço de encontro dos produtores culturais locais objetivando a avaliação do período anterior e a discussão e confecção de propostas futuras para o setor;

Educação:

- Implantação de políticas de integração do espaço educacional com o social;
- Estabelecer parcerias preferenciais com as Universidades que oferecem cursos voltados às áreas sociais;
- Programa de incentivo à leitura nas escolas públicas;
- Criação de salas de leitura nas EMEIEFs;
- Aquisição de acervo para as salas de leitura;
- Convênio com Universidades para contratação de estagiários em Biblioteconomia;
- Elaboração de Projetos de incentivo à leitura nas escolas;
- Parceria com a Biblioteca Municipal para atividades de leitura com alunos e professores da rede;
- Universalizar o serviço de creches no município;

- Reestatizar a Fundação Santo André, aprofundando seu caráter social e regional e fortalecendo seu tripé ensino, pesquisa e extensão. Vincular seu centro tecnológico à rede de educação pública;
- Rever (para menor) o número mínimo de alunos em sala de aula a partir do critério de qualidade de ensino. Enfatizar a preocupação com a qualidade da educação, em contraponto à política dos “números” e de burocratização da escola;
- Resgatar o seu papel e transformar a escola em uma “escola de verdade” – espaço educativo e político / resignificar a escola;
- Resgatar a concepção da Progressão Continuada, reinserindo a proposta como prática pedagógica avançada;
- Padronização do conteúdo pedagógico e didático dos educadores/servidores. Priorizar temas sociais e trabalhos integrados no desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Gestão democrática, incremento à formação dos educadores(as) com jornada e salários dignos;
- Associar a educação aos investimentos em tecnologia de apoio ao exercício da transmissão do conhecimento;
- Fortalecer e dinamizar o Programa Educacional de Jovens e Adultos (EJA) em nosso município;
- Criar mecanismos de acesso do aluno trabalhador e carente ao ensino superior no município;
- Elaboração de estratégias pedagógicas com a finalidade de melhorar a qualidade de ensino na rede;
- Definição de metas e indicadores de qualidade do ensino;
- Aperfeiçoar recursos financeiros na SEFP para atendimento na Educação Infantil;
- Elaborar projetos de captação de recursos financeiros junto ao Governo Estadual e Federal, para investimento em creches;
- Valorização dos trabalhadores em educação;
- Elaboração de um plano de carreira do magistério municipal;
- Concurso de provas e títulos para: Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico; (acabar com seleções internas)
- Programa de formação de professores, diretores e coordenadores pedagógicos - com parcerias com universidades, dentro de uma concepção de educação que leve em consideração a formação integral do indivíduo e seu papel social na educação. Trabalhar a formação dos professores em conjunto com as universidades públicas;
- Discussão com a rede para elaboração de um novo Estatuto do Magistério, o atual é de 1991 – definição de regras claras e democráticas para atribuição de aulas, remoção etc;
- Instituição de programa de avaliação dos Professores, diretores e coordenadores pedagógicos, atrelados ao plano de carreira e salários, com resultados obtidos pelas unidades escolares;

Democracia, participação popular e transparência na gestão:

- Incentivo à participação popular nos Conselhos de Gestão Participativa;
- Apresentação na internet e outras mídias dos Programas municipais, responsáveis, custos e prazos;
- Apresentação na internet e outras mídias das licitações públicas;
- Implantação de pregões eletrônicos;
- Articular o trabalho dos Conselhos Municipais de participação popular e criar uma Assembléia de Conselhos;
- Facilitação do exercício do direito de informação e de certidão a todos os munícipes;
- Estabelecer a prática de coletivas de imprensa periódicas, aberta a todos os órgãos de imprensa, com a participação do prefeito e dos diretores municipais;
- Criação de mecanismos de fiscalização e acompanhamento pelos próprios munícipes interessados, nos procedimentos de concursos públicos, preenchimento de vagas nas escolas, e outros assuntos de interesse da comunidade;
- Remodelar o Orçamento Participativo a partir da prática efetiva da participação e decisão, com base numa fatia maior do orçamento e sem a presença do governo na assembléia eleita;
- Descentralizar a Ouvidoria em atendimento aos setores mais periféricos da cidade;

- Propor a reformulação total do Consórcio de Prefeitos, transformando-o numa entidade executiva, operadora das decisões políticas e não mero espaço de disputa caseira;
- Criação do Conselho de participação popular de base, órgão independente do governo municipal e articulados a partir das demandas da sociedade;

Infra-estrutura e mobilidade:

- Combinar esforços regionais para a oferta de Metrô à região;
- Impulsionar e integrar o trabalho do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC;
- Investimentos nos acessos de interligação ao Rodoanel;
- Recuperação do Mercado Municipal e de sua função social;
- Descentralização do CRAISA e implantação de sacolões itinerantes;
- Investimento em ciclovias, bicicletários e faixas exclusivas para motociclistas;
- Não à indústria de multas; colocar o foco da política de redução das infrações de trânsito na educação de motoristas e pedestres;
- Implantar rede de água e esgoto em 100% do município;
- Aplicar políticas específicas de combate às enchentes e sua eliminação;
- Trabalhar junto ao governo do estado de São Paulo a efetiva implantação das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE);
- Implantação da integração ou “Bilhete Único” no transporte público;
- Revisão das linhas de transporte municipal a partir das demandas dos usuários;
- Implantação de corredores exclusivos para o transporte público;
- Implantação do rodízio de veículos em Santo André e a criação de bolsões de estacionamento no limite da área de abrangência;
- Efetiva implantação do Conselho Municipal de Transporte e Trânsito;

Saúde:

- Recuperação das unidades básicas de saúde;
- Investimentos no Hospital Municipal e Prontos socorros;
- Retomada do Hospital Infantil (Faixa);
- Implantação do Hospital da Mulher e de todas as especialidades do gênero;
- Democratização dos conselhos de saúde;
- Dinamizar o PSF (Programa de Saúde da Família) para atendimento nos bairros e domicílios, em especial os mais carentes;
- Ampliar a lista de medicamentos disponíveis à população e facilitação do acesso, provendo maior dotação orçamentária para aquisição de medicamentos;
- Redução drástica do tempo de espera ao atendimento de pacientes na marcação de consultas;
- Funcionamento efetivo do serviço telefônico de marcação de consultas;
- Humanizar o atendimento;
- Criar cartilha de distribuição pública sobre o funcionamento dos serviços médicos e contatos;
- Ampliar as parcerias com a Fundação ABC;
- Rever e ampliar o sistema de resgate 192;
- Criar o serviço de emergência e urgência a partir das demandas e da disposição geográfica dos postos e saúde em articulação ao PS central;
- Ampliar o serviço de Programa de Internação Domiciliar (PID);
- Assistência integral à gestante, antes, durante e no pós-parto;
- Implantar selo de qualidade nos estabelecimentos comerciais tanto na área de alimentos (bares, restaurantes, lanchonetes, etc.) como nos de saúde (clínicas, laboratórios, hospitais, casas de repouso, etc.) pela Vigilância à Saúde (DVS);

- Ampla divulgação junto à sociedade, aos trabalhadores e suas entidades representativas dos serviços prestados pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) e também sobre as atividades do Conselho Diretor do Programa de Saúde do Trabalhador (PST) de Santo André;

Segurança pública:

- Bases comunitárias da Guarda Municipal em todos os pontos críticos;
- Investimento na prevenção e na ostensividade ao crime;
- Democratização e valorização dos Conselhos de Segurança pública (Consegs);
- Criar um sistema de monitoração inteligente e que, ao mesmo tempo, não seja um elemento de invasão da privacidade dos cidadãos;
- Investir na prevenção ao crime;
- Apoiar o movimento social que cobra o fortalecimento das Defensorias Públicas;
- Aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente no trato da delinquência juvenil;
- Programas da redução da violência doméstica e de gênero, bem como contra idosos e crianças;
- Introdução da “lei seca”;
- Facilitar o processo de desarmamento por parte da população;
- Reforço da educação policial para assunção do papel democrático e de promotores dos direitos humanos que cabe às forças policiais;
- Seleção e formação séria e contínua dos funcionários da segurança pública e do sistema prisional;
- Presença constante e visibilidade da polícia comunitária nas praças, ruas e instituições públicas;
- Colaborar com o Poder judiciário na execução das penas alternativas e na inserção social dos egressos do sistema carcerário;
- Apoio ao combate aos programas que incentivam a discriminação e estimulam a violência;

Esporte e lazer:

- Possibilitar e ampliar o acesso ao esporte e ao lazer das camadas mais empobrecidas da população criando centros em bairros;
- Articular a prática do esporte e lazer com programas de educação e cultura;
- Criar um calendário de Esportes municipais em relação às demandas identificadas nas escolas e a infraestrutura existente;
- Criar condições para o desenvolvimento da prática de esportes radicais;
- Criar condições para o desenvolvimento da prática esportiva no período de férias escolares nas próprias unidades de ensino;
- Ampla reforma no Estádio Bruno Daniel;

Desenvolvimento econômico e social:

- Efetivar políticas municipais de geração de emprego e renda, através de cooperativismo, encubadora de empresa, micro crédito e outras iniciativas de apoio aos micros, pequenos e médios negócios;
- Fortalecer a economia regional através de iniciativas combinadas com os outros municípios;
- Fortalecer os centros comerciais de bairro;
- Implantar políticas de geração de emprego nos centros comerciais de bairro;
- Reestatizar o serviço de Zona Azul;
- Difundir o Programa de Renda Mínima associando-o aos outros Programas de distribuição de renda.
- Não à guerra fiscal e outras formas predatórias de atrativos econômicos; desenvolver ações que evidenciem as vantagens que o município tem para atrair novos investimentos;
- Ampliar os vínculos econômicos com o entorno imediato: Grane ABC, Zona Sul e Zona Leste de São Paulo;
- Qualificar o comércio informal;
- Incentivar o turismo ecológico, histórico e cultural em Paranapiacaba;
- Implantar políticas e primeiro emprego que combinem educação, trabalho e renda;

- Dar continuidade às ações educativas para os trabalhadores informais, enfocando as áreas de meio ambiente, saúde, saúde do trabalhador, etc. envolvendo o DVS, Semasa e Fundação ABC;

Desenvolvimento urbano:

- Priorizar a oferta de moradia popular a partir das demandas e com base no “Mapa das carências sociais de Santo André”;
- Qualificar as casas populares como equipamentos que superam

como habitações salubres, ambientalmente adequadas e humanitariamente adequadas à qualidade de vida;

- Cobrar a aplicação de verbas do governo federal em habitação popular para conter o déficit habitacional no município;
- Combater a especulação de terras forçando a sua utilização e construção;
- Forçar a utilização de imóveis desocupados;
- Estabelecer regras sociais para a verticalização;
- Disponibilizar áreas para moradia popular de qualidade. Regularizar o espaço fundiário e desacordo com a legislação;
- Discussão com os movimentos sociais de moradia sobre as diretrizes de aplicação do espaço construído;

Relação com o Poder Legislativo:

- Realizar visitas semestrais à Câmara Municipal com vistas a apresentar os planos de trabalho e sua execução;
- Valorizar a ação parlamentar através das sugestões ao governo;
- Impedir a troca e votos no parlamento pela indicação de correligionários dos vereadores no poder executivo;
- Acabar com a exigência de aprovação dos requerimentos de informação na Câmara Municipal visando o encaminhamento automático e resposta de todos os pedidos de informações dos vereadores ao executivo;

Políticas de integração do espaço educacional com o social:

- Incentivar a maior participação da comunidade local nas atividades desenvolvidas pelos CESAs – estimulando uma melhor atuação da população no Conselho de Escola;
- Criação de conselho Comunitário deliberativos para gerenciamento das atividades: Educativas, culturais e esportivas nos CESAs;
- Abertura das Escolas nos fins de semana, com atividades monitoradas, especialmente nas regiões periféricas da cidade;
- Reestruturação da Educação de Jovens e Adultos:
- Elaboração de currículo apropriado à aqueles que não tiveram acesso a escolarização na idade regular;
- Ampla campanha de divulgação da EJA/MOVA/Profissionalizante na cidade;
- Reestruturação do MOVA – buscando efetivas parcerias com entidades sociais – avaliação dos resultados;
- Restruturar o Ensino Profissionalizante;
- Definição de política pública de Ensino Profissionalizante no município- elevação de escolaridade e ensino profissionalizante;
- Equipar os Centro Públicos de acordo com os cursos oferecidos;
- Ampliação do Observatório da Educação, divulgação de dados para as unidades no planejamento de ações;
- Revisão da legislação do PIQ – Programa Integrado de Qualificação, aprovado em 2005 pela Câmara Municipal;

Política de cidadania**A questão da mulher na sociedade:**

- Identificar os focos de violência contra a mulher e agir no sentido de coibir a sua existência;
- Criar e implantar campanhas de combate à violência contra a mulher, especialmente a partir dos focos de ocorrência;
- Implantar Programas e Atividades nas escolas e a comunidade do entorno, conscientizando para o problema, o combate e a denúncia de casos;
- Desenvolver ações no âmbito cultural sobre o problema social da agressão à mulher e o combate a esta prática;
- Proporcionar às mulheres chefes de família e de baixa renda a participarem dos programas de geração de renda;
- Ampliar o debate com os municípios vizinhos na geração de políticas públicas regionais no combate à violência contra a mulher;
- Desenvolver atividades conjuntas entre as pastas da Educação e Saúde no sentido de reduzir a incidência de gravidez indesejada;
- Desenvolver ações no combate às DST/AIDS;
- Incentivar a participação das mulheres na vida social e coletiva do município, nas ações públicas, na participação popular em Conselhos Municipais, nas eleições, Associações e Sindicatos;
- Desenvolver ações junto à Polícia Militar, e o secretariado municipal no sentido de gerar um mapa da violência contra a mulher em Santo André;
- Estruturar os serviços de atendimento às vítimas (Casa Abrigo);
- Realizar campanhas contra a homofobia, a inserção social e a convivência pacífica. Combater, nestas campanhas, a exploração da mulher como um objeto de consumo;

Juventude em marcha:

- Consolidar o Parque da Juventude como espaço de referência dos jovens da cidade;
- Desenvolver programas de incentivo à leitura e integração cultural entre jovens;
- Realizar atividades de integração cultural, em conjunto com entidades estudantis.
- Realizar Conferência Municipal de Juventude;
- Realizar o Festival Regional de Juventude, promovendo a integração e o protagonismo dos jovens da cidade e da região do ABC;
- Articular a realização dos Jogos Universitários do Grande ABC, em conjunto com Universidades e Prefeituras da região;
- Fortalecer os Conselhos Tutelares e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Combater a gravidez precoce;
- Combater o trabalho infantil, a exploração sexual de jovens;
- Desenvolver políticas regionais de combate ao trabalho infantil;
- Desenvolver ações no sentido da reintegração social dos menores infratores através de medidas sócioeducativas;

Pessoas portadoras de necessidades especiais:

- Ampliar os serviços e facilitação da mobilidade. Deslocamento seguro na cidade;
- Associar os serviços de Saúde da Família ao segmento portador de necessidades especiais;
- Ampliar serviços de educação física adaptada e atendimento psicossocial;
- Desenvolver ações no sentido de ampliar a integração e reduzir a discriminação social;
- Criar condições de acesso ao ensino público municipal;

Terceira idade:

- Aplicar e adequar o Estatuto do idoso ao município;
- Ampliar as condições de utilização dos espaços públicos, bem como criar novos, em especial aos mais vulneráveis socialmente;

- Facilitar o acesso aos meios digitais e programas sociais de incentivo à viagem e passeios;
- Associar programas de interação entre gerações com as atividades escolares;

Anexos:

¹ - Tabela Áreas Verdes/Habitante em Santo André

Parques	área aproximada
Prefeito Celso Daniel	68 mil m²
Parque Escola	48 mil m²
Parque Antonio Fláquer	34 mil m²
Parque Regional	70 mil m²
Parque da Juventude	15 mil m²
Chácara Pignatari	32 mil m²
Parque Norio Arimura	13 mil m²
Parque Central	398 mil m²
Total áreas verdes	678 mil m²
População estimada pelo IBGE 2006	673.234 hab.